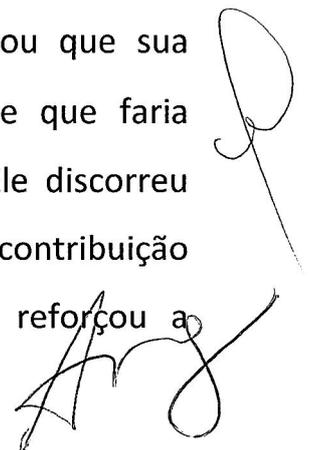




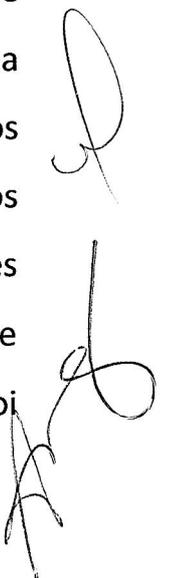
COMAM
CONSELHO MUNICIPAL DE
MEIO AMBIENTE
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, a Presidente Angela deu as boas-vindas a todos e pediu que se acomodassem, agradecendo a presença do palestrante, Dr. José Valverde. Ela anunciou que a reunião teria uma palestra de capacitação sobre o Plano Nacional de Resíduos Sólidos e convidou o coordenador do trabalho, Leonardo Magno, para compor a mesa. Presidente Angela explicou que a palestra era um convite da Câmara Técnica de Resíduos Sólidos e apresentou os membros da câmara: Fernando Oliveira, Leonardo Magno, Jeferson Rocha, Denis Roberto Rego, Eduardo Cunha Montesi e Wellington Zancheta. Em seguida, ela passou a palavra para o secretário, Marcelo Manara, para suas considerações iniciais. O secretário Marcelo Manara parabenizou a iniciativa da Câmara Técnica de Resíduos Sólidos e destacou a importância do esforço para a construção da primeira jornada de atualização do PMGIS, um grande desafio na pauta dos resíduos sólidos. Ele também elogiou a ação conjunta dos conselhos do Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Desenvolvimento Rural, ressaltando que a articulação entre esses colegiados é fundamental para discutir temas transversais que engajam toda a cidade. Agradeceu a equipe do Departamento de Gestão Ambiental da SEURBS, liderada por Juarez, e a Secretaria de Manutenção da Cidade, incluindo o secretário Bruno e o adjunto Denis. Ele expressou sua gratidão aos conselheiros e convidados, em nome do Brigadeiro Pazzini, por demonstrarem interesse na palestra. E, classificou José Valverde como um parceiro de longa data e especialista, e informou que a Presidente apresentaria seu currículo de

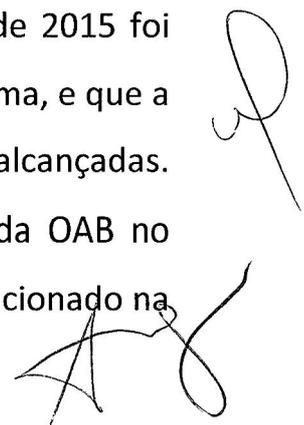
forma resumida para otimizar o tempo. Manara concluiu suas falas destacando que aquele era o início de uma jornada e que as informações estratégicas do Plano Nacional deveriam alimentar a construção do novo Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. A Presidente Angela lembrou que seria emitido um certificado de participação ao final da palestra. Em um tom bem-humorado, Marcelo Manara complementou que o certificado seria entregue após uma prova, à qual Ângela respondeu que, por sorte, não haveria mais provas em sua vida. Em seguida, a presidente leu o currículo completo de José Valverde Machado Filho, detalhando suas especializações em Direito Ambiental, Segurança Alimentar e Gestão Ambiental. Por fim, ela agradeceu a presença e deu a palavra ao palestrante. O palestrante José Valverde iniciou agradecendo o convite dos conselhos para participar de um debate que considerou estratégico para São José dos Campos. Ele expressou sua felicidade ao ver a participação social, que, segundo ele, é uma virtude indispensável à política pública, e ressaltou que a presença de todos o responsabilizava ainda mais com o tema dos resíduos sólidos. Ele fez questão de saudar o secretário Marcelo Manara, a quem se referiu como uma referência na gestão pública, e também cumprimentou a todos os conselheiros e convidados, agradecendo ao amigo Leonardo Magno. Valverde mencionou que o material da apresentação estava disponível para reflexão conjunta e convidou a audiência a participar ativamente, complementando ou corrigindo as informações. Ele explicou que sua intenção era promover um diálogo, não um monólogo, e que faria provocações ao longo da fala para estimular a conversa. Ele discorreu sobre sua trajetória e amizade com a cidade, destacando sua contribuição em áreas como agronegócio e segurança alimentar. Ele reforçou a

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Angela', is located at the bottom right of the page. It consists of a large, stylized capital 'A' followed by a series of loops and a long vertical stroke extending downwards.

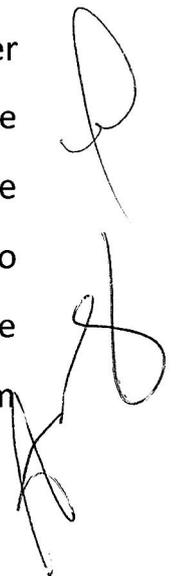
importância da capacitação técnica para a revisão do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e enfatizou que os planos não podem ser elaborados unicamente por consultorias, mas precisam da participação da sociedade civil. O palestrante comentou que a pauta dos resíduos sólidos é ampla, incluindo não apenas lixo urbano, mas também resíduos de serviços de saúde, industriais, da construção civil e temas como consumismo e educação ambiental. Valverde destacou a importância de basear a revisão do plano municipal na Política Nacional de Resíduos Sólidos, que, em sua visão, é uma legislação avançada. Ele questionou o público sobre o que é um plano e para que ele serve, iniciando uma série de provocações. Bruno, secretário de Manutenção da Cidade, respondeu que um plano é um conjunto de ideias estratégicas para alcançar um objetivo. José Valverde reconheceu a visão de Bruno e fez mais perguntas sobre a finalidade de um plano e a necessidade de ação e metas tangíveis. O Brigadeiro Pazzini, do ponto de vista militar, explicou a hierarquia entre política, estratégia e plano, colocando o plano como o detalhamento de "como fazer" após a definição do "quê" e do "como". Valverde concordou e enfatizou a necessidade de o plano incluir metas para que se torne uma ferramenta efetiva. Ele destacou que um plano sem metas é incompleto e que a eficácia depende das metas que ele precisa alcançar. O palestrante explicou que a Política Nacional de Resíduos Sólidos considera o plano um instrumento e apresentou a hierarquia de planos existentes no Brasil, ressaltando que São José dos Campos, como parte de uma região metropolitana, deve considerar os planos intermunicipais. Ele alertou sobre a negligência de alguns gestores em relação aos planos de gerenciamento dos geradores e a necessidade de alinhá-los ao plano municipal. Mencionou que o Plano Nacional foi



promulgado em 2022 e que os planos municipais precisam estar alinhados com a hierarquia de gerenciamento de resíduos estabelecida. Ele falou sobre a competência concorrente da União, Estado e municípios na legislação sobre o tema, e elogiou o Plano Estadual de Resíduos Sólidos de São Paulo, que inovou ao incluir um capítulo sobre economia circular. Ele então lançou o desafio de São José dos Campos ser o primeiro município do estado a incluir um capítulo sobre economia circular em seu plano, defendendo que a cidade, já uma referência tecnológica, pode se tornar uma referência em circularidade. O palestrante ressaltou que o Brasil ainda enfrenta o problema de mais de 3 mil lixões em operação e que a falta de reciclagem resulta em grandes perdas financeiras. Ele concluiu sua fala oferecendo a apresentação para contribuir com a revisão do plano e explicando que o plano de São José de 2015 foi pioneiro, mas que o que não foi alcançado até hoje precisa ser revisto. O repórter fotográfico Lucas Lacaz interveio, expressando sua preocupação com o tempo e com o fato de que poucas coisas do plano de 2015 pareciam ter avançado. Ele citou a questão da compostagem e do aterro sanitário, argumentando que o fato de o aterro ser "nota 10" poderia gerar a impressão de que a melhor solução é enviar o lixo para lá. José Valverde respondeu que ter um aterro sanitário nota 10 é algo a ser celebrado, pois significa que ele recebe resíduos sem causar danos ambientais, mas concordou que a meta ideal é ter um "Aterro Mínimo", onde apenas rejeitos seriam dispostos. Ele reconheceu a preocupação de Lucas e explicou que o plano de 2015 foi elaborado em um contexto de menor conhecimento sobre o tema, e que a revisão agora deve focar no cumprimento das metas não alcançadas. Doutora Fernanda Frois se apresentou como representante da OAB no COMAM e professora de Direito Ambiental, mencionando ter lecionado na

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'A' followed by a large, sweeping flourish that extends upwards and to the right.

PUC, assim como o palestrante. Em sua fala, ela comentou sobre a tendência das prefeituras de criarem um excesso de leis, especialmente em matéria ambiental. Ela explicou que, nesse campo, a lei mais protetiva é a que prevalece, independentemente da esfera de governo. Ressaltou que, se já existe uma lei estadual sobre um tema como economia circular, não é necessário que o município crie sua própria lei, pois isso resulta em repetições legislativas. Ela enfatizou que o Brasil tem o maior número de leis ambientais do mundo, muitas delas repetidas, o que gera perda de tempo e energia. Para ela, a solução é focar em criar mecanismos para fazer cumprir as leis já existentes, em vez de gastar recursos na elaboração de novas legislações. Dessa forma, o processo se torna mais eficiente, priorizando a implementação do que já está estabelecido. José Valverde iniciou sua fala concordando com o ponto levantado pela Dra. Fernanda Frois sobre a legislação. Ele comentou que é frequentemente questionado sobre a ausência de uma política municipal de resíduos sólidos em forma de lei em São José dos Campos. Ele afirmou que não vê problema em se ter uma lei municipal, desde que ela esteja amparada pelas políticas nacional e estadual, e traga as peculiaridades locais. No entanto, ele reforçou a preocupação de que uma lei pode engessar a outra, criando problemas de aplicabilidade. Segundo ele, o ideal é legislar apenas quando há uma real necessidade e, em vez disso, focar na aplicabilidade. Valverde questionou o formato do plano de 2015 e, ao ser informado de que era um decreto, reforçou seu argumento. Ele aconselhou que o plano não seja transformado em lei para evitar que precise passar pela Câmara Municipal, o que poderia burocratizar o processo. Ele utilizou o exemplo de ter que mover coletores de vidro — se a localização estiver especificada em lei, qualquer mudança exigiria um

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized initial 'P' followed by a series of loops and a final flourish.

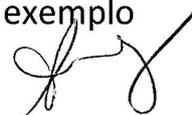
processo legislativo para alterar a lei, o que não aconteceria se o plano fosse um decreto ou uma portaria. Ele enfatizou que o plano deve ser visto como uma ferramenta flexível, que pode ser adaptada e não deve ficar "dentro de uma caixa fechada", sugerindo que documentos como decretos ou portarias seriam mais adequados para a gestão. Wellington Zancheta agradeceu a explanação de Valverde e demonstrou interesse no conceito de circularidade. Ele perguntou se o município poderia ser mais rigoroso em suas metas e se existia algum caso de sucesso no Brasil. José Valverde afirmou que legalmente o município pode ser mais restritivo e sugeriu um diálogo com os gestores do Estado. Ele explicou que o plano municipal deve se basear na hierarquia da gestão de resíduos e no conceito de economia circular para ser ousado. Ele admitiu não conhecer um caso de sucesso exemplar no Brasil, mas ressaltou que o plano estadual de São Paulo está justamente buscando isso. O engenheiro Rodolfo, da SEURBS, questionou o palestrante sobre o grau de segurança das usinas de conversão de energia, especificamente em relação às emissões pós-queima. José Valverde respondeu que o nível de segurança é total, assegurando que o controle exigido no processo de licenciamento proporciona total segurança à operação. Ele citou exemplos de projetos já licenciados, como os processos *mass burning* e de gaseificação para resíduos sólidos urbanos (RSU), e mencionou que até mesmo a tecnologia chinesa, que antes gerava dúvidas, hoje é vista com total elogio após aperfeiçoamentos. Ele recomendou um diálogo com a CETESB, que, segundo ele, é um órgão aberto a discussões sobre o tema e possui um padrão de emissão mais rígido que o da comunidade europeia. Explicou que os filtros modernos são comprovadamente eficientes para reter substâncias nocivas como dioxinas e furanos. Ele incentivou São José a



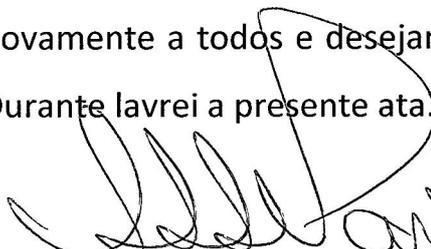

não ter receio de analisar o tratamento térmico como uma rota tecnológica que gera energia, pois não há problemas de licenciamento nem de comprometimento ambiental. Ele também sugeriu outras rotas interessantes, como a conversão de biogás em biometano, citando o caso de São Paulo, que utiliza o combustível em sua frota de ônibus, e a Sabesp em Franca, que já abastece seus caminhões a partir do lodo da estação de tratamento. Ele concluiu que a inovação tecnológica é o caminho e que o tratamento térmico hoje não representa nenhum problema ambiental. Juarez, da SEURBS, iniciou sua fala agradecendo a José Valverde por compartilhar seu conhecimento. Ele informou que a revisão do plano municipal de gerenciamento de resíduos está sendo realizada "a quatro mãos", em colaboração com a Câmara Técnica do COMAM, a sociedade civil, o Poder Público, a Urbam e a SMC. Ele destacou que o objetivo é criar um plano abrangente, que inclua todas as esferas e atores, desde a logística reversa até a compostagem. Juarez enfatizou que o mais importante é ter metas exequíveis que possam ser efetivamente alcançadas. Ele mencionou a revisão das metas e a criação da fazenda urbana, um projeto que terá recursos do Ministério do Meio Ambiente e tratará da compostagem e hortas em uma área já definida no bairro Senhorinha. Juarez expressou sua satisfação com a provocação de Valverde sobre o Parque de Inovação Tecnológica (PIT), ressaltando que a equipe deve buscar novas tecnologias para o plano. Ele finalizou agradecendo a todos os presentes, mencionando nominalmente a equipe do Lixo Zero, a equipe da sua secretaria, e a Presidente Angela, e indicou que a equipe de Manara está fechando o termo de referência para contratar o serviço de revisão do plano junto à Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade. O Brigadeiro Pazzini, do ITA, agradeceu a palestra do Dr.



José Valverde e destacou a competência de São José dos Campos no tema do plasma, já que a cidade abriga o principal laboratório de plasma do Brasil. Ele informou que a prefeitura está colaborando com o ITA para explorar a viabilidade de construir uma usina de plasma, uma iniciativa que ele descreveu como pioneira no hemisfério sul. Pazzini listou as vantagens da tecnologia, como a não emissão de cinzas, dioxinas e furanos, e a natureza compacta da usina. O secretário Marcelo Manara concluiu, informando que o termo de referência para a contratação do serviço de revisão do plano estava sendo finalizado e que a ideia era contratar o trabalho junto à Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade. Ele agradeceu a presença de todos e, em particular, a Presidente Angela pela excelente reunião. O coordenador da Câmara Técnica de Resíduos, Leonardo Magno, agradeceu a presença do Dr. José Valverde e defendeu a filosofia Lixo Zero, definindo-a como uma meta para transformar resíduos em recursos, emulando ciclos naturais. Ele classificou como "absurdo" e "inadmissível" o fato de uma cidade como São José dos Campos, em 2025, ainda aterrar lixo. Ele enfatizou que a cidade precisa de uma política de valorização dos resíduos, criticando a falta de uma central de compostagem e a ineficiência de um sistema que ainda envia uma quantidade significativa de lixo reciclável para o aterro. Por fim, ele pediu a percepção do palestrante sobre a valorização da coleta seletiva e, especialmente, dos resíduos orgânicos. Em resposta, José Valverde se identificou como um parceiro do movimento Lixo Zero e concordou com a importância da valorização dos resíduos. Ele destacou, contudo, que a gestão de resíduos é um problema global e complexo, que exige um processo contínuo de educação ambiental e investimento. Ele concordou que a compostagem é uma iniciativa fundamental, citando como exemplo

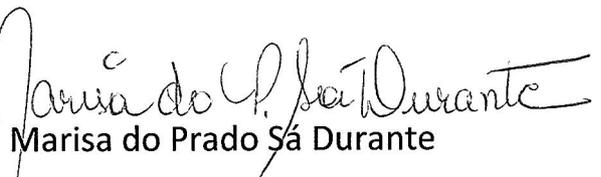


os pátios de compostagem em São Paulo, que não demandam grandes investimentos. Valverde alertou sobre o enorme desperdício de alimentos nas casas das pessoas — cerca de 35% do que é comprado — e ressaltou que a compostagem deve ser vista como uma solução para esse problema, citando casos de sucesso como o projeto de "revolução dos baldinhos" em Santa Catarina. Ele finalizou sugerindo que a cidade estabeleça metas claras para o plano, como a criação de vários pátios de compostagem em diferentes zonas da cidade, e explore parcerias com o setor privado. A Presidente Angela expressou sua admiração pelas colocações de José Valverde, considerou ponderadas e propícias ao diálogo. Ela agradeceu a presença dele e de todos, afirmando que a reunião foi o ponto de partida para a discussão do plano. E, por fazer parte do Sindicato da Habitação (SECOVI), garantiu que a entidade contribuirá muito no processo. Nada mais a tratar, Presidente Angela encerrou a reunião, agradecendo novamente a todos e desejando uma boa tarde e eu Marisa do Prado Sá Durante lavrei a presente ata.



Angela Ap. Lemes de P. Fernandes

Presidente



Marisa do Prado Sá Durante

Secretária Executiva

